

## Diagnóstico da Formação Continuada dos Professores da Rede Estadual de Educação – Goiás – 2020<sup>1</sup>

Rui Rocha Gomes<sup>2</sup>

*É consenso que nenhuma formação inicial, mesmo em nível superior, é suficiente para o desenvolvimento profissional, o que torna indispensável à criação de sistemas de formação continuada e permanente para todos os professores. (Brasil, MEC, 1999, p. 17).*

### Sumário executivo

- Trata-se de trabalho que fornece um diagnóstico da formação continuada dos professores regentes na rede estadual de Goiás;
- 14,9% dos docentes estaduais possuem ao menos um curso de formação continuada;
- As três áreas temáticas com menor número de docentes capacitados são: Educação do Campo; Gênero e Diversidade Sexual; e Educação para as relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira e africana;
- Mais de 24% dos professores indígenas e 43% dos docentes de escolas localizadas em terras indígenas têm formação continuada;
- 1,6% dos professores da EJA e 1,9% dos de anos finais do ensino fundamental possuem cursos nas respectivas modalidade/etapa em que lecionam;
- Os docentes de Informática/Computação, Química e Biologia são os de menor proporção com formação continuada;
- As Coordenações Regionais de Educação de Inhumas, Jussara, Aparecida de Goiânia e Goiânia têm menos de 10% dos docentes com formação continuada. Já as Coordenações Regionais de Educação de Porangatu, Minaçu, Águas Lindas de Goiás, Planaltina e Silvânia detêm proporções superiores a 25%.

### Introdução

O Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB) foi demandado pela Secretaria de Estado da Educação para produzir um diagnóstico acerca da formação continuada dos professores da rede estadual, objetivando o planejamento de ações de capacitação profissional e pedagógica do corpo docente. A formação continuada se mostra importante no cenário de ininterrupta necessidade de aperfeiçoamento frente às incessantes mudanças sociais. Mais que isso, é um

---

<sup>1</sup> Além desse Informe Técnico, produziu-se um painel visual com os dados da formação continuada que permite a interação entre as diferentes variáveis. Este painel pode ser acessado pelo link: <https://encurtador.com.br/bgtuG>.

<sup>2</sup> Pesquisador do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, e-mail: [rui.gomes@goias.gov.br](mailto:rui.gomes@goias.gov.br).

dos pilares do tripé que sustenta a constituição do ser professor, junto da formação inicial e da formação pelo/no trabalho. As três frentes precisam ser cuidadas para que a estrutura do corpo docente esteja sólida e ativa no desafio do ensino/aprendizagem<sup>3</sup>.

Para a elaboração desse diagnóstico, utilizou-se a base do Censo Escolar da Educação Básica de 2020, disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação (Inep). Especificamente, recorreu-se às variáveis do cadastro dos profissionais de ensino relacionadas aos cursos enquadrados como sendo de formação continuada. O Inep elencou no cadastro uma lista de 15 áreas temáticas em que os cursos realizados se alinhariam. É importante ressaltar que para se enquadrarem como formação continuada, os cursos precisam ser de no mínimo 80 horas.

A partir da extração desses dados, fez-se relacionamentos com vista à melhor caracterização dos docentes e da realidade territorial, resultando em informações com possibilidades de direcionamento de ações para capacitação ou outras políticas públicas visando a qualificação do quadro de professores.

Portanto, o trabalho é uma ferramenta para elaboração de ações e políticas públicas, auxiliando os gestores da área no planejamento e desenvolvimento de suas atividades. Especificamente, visa a auxiliar o Centro de Estudos, Pesquisa e Formação dos Profissionais da Educação (Cepfor) na sua missão de “promover e realizar formação permanente para os profissionais da educação, com eficiência, eficácia e qualidade, visando aprimorar a prática pedagógica, garantindo, assim, a efetiva aprendizagem dos estudantes” (GOIÁS, 2020, p. 187).

O Cepfor foi criado em 2019, pela Lei nº 20.491, com a incumbência de ser o responsável por promover e apoiar as políticas de capacitação dos professores do estado de Goiás. Dentre suas atribuições consta a de realizar diagnósticos das demandas por formação continuada dos profissionais da educação. Nesse sentido, o presente Informe Técnico se situa nesse cabedal de responsabilidades, sendo a primeira etapa do ciclo de elaboração de políticas públicas, qual seja, o de conhecer

---

<sup>3</sup> No que tange a formação inicial, a rede estadual, nos anos finais do ensino fundamental, mais de 96% dos docentes têm curso superior; no ensino médio esse percentual é de 97%. Nas outras etapas de ensino esses percentuais também são elevados. Contudo, apenas 50,2% dos professores dos anos finais e 49,6% dos do ensino médio, possuem licenciatura ou complementação pedagógica na disciplina que lecionam. Em relação a formação no/pelo trabalho, associada à experiência e ao vínculo criado e mantido na sala de aula, faz-se necessário informar a alta proporção de professores temporários: nos anos finais perfazem 47%; no ensino médio são 44% dos docentes.

a situação, com suas carências e suas vantagens, da realidade na qual se quer intervir.

## Resultados

Em 2020, Goiás detinha 17.886 professores em sala de aula na rede estadual. Desse total, 14,9%<sup>4</sup> possuíam algum curso de formação continuada, conforme se verifica na Tabela 1. Como se nota, apenas cinco áreas temáticas, das 15 elencadas pelo Censo Escolar, igualam ou superam o percentual de 1% dos docentes com curso no tema. Frisa-se que quase 10% dos docentes estaduais informaram possuir cursos em temas diferentes da lista trazida no cadastro dos profissionais de ensino, representando 67% dos docentes com curso de formação continuada.

Um fator chama a atenção: das três áreas com menores percentuais de professores de formação continuada, duas são de temas considerados da ordem do dia no debate educacional, quais sejam, Gênero e diversidade sexual e Educação para relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira e africana<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Ressalta-se que, para uma noção do evolução no tempo, em 2012, primeiro ano em que se coletou essa informação com os parâmetros atuais, a proporção de docentes estaduais com formação continuada era de 9,7%, crescimento um pouco superior a 5% pontos percentuais em oito anos. Durante esse período, houve exíguos crescimentos de ano a ano, sendo que somente em 2017 se superou a proporção de 11%; em 2019 a taxa era de 13,4%.

<sup>5</sup> Sobre essa questão ver: OLIVEIRA, Ruam. Para chegar à sala de aula, debate étnico-racial deve estar na formação de professores. Disponível em: <https://porvir.org/para-chegar-a-sala-de-aula-debate-etnico-racial-deve-estar-na-formacao-de-professores/>; SILVA, Nanicleison José da; ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. Educação das relações étnico-raciais: um estudo de caso sobre os impactos da Lei nº 10.639/03 no cotidiano escolar. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/820/884>; BONFIM, Juliano; MESQUITA, Marcos Ribeiro. “Nunca falam disso na escola...”: um debate com jovens sobre gênero e diversidade. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/V3HY8znBRsnFzhghQGWK9jh/?lang=pt>; CASALI, Jessica Pereira. “A escola ignora essas questões”: o silêncio em relação à diversidade sexual e as discriminações contra a população LGBT no ambiente escolar. Dissertação de mestrado. Disponível em: <https://ppgecpan.ufms.br/files/2020/11/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Jessica-Pereira-Casali.pdf>; RICARDO, Luis. Pesquisa aponta que 74% dos professores do ensino fundamental 1 não tiveram aula de educação sexual. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/pesquisa-aponta-que-74-dos-professores-do-ensino-fundamental-1-nao-tiveram-aula-de-educacao-sexual/>.

**Tabela 1. Número de docentes da rede estadual com curso de formação continuada por área temática – Goiás – 2020**

<b>Cursos</b>	<b>Nº de Professores</b>	<b>Representação no total</b>
Específico para creche	67	0,4%
Específico para pré-escola	147	0,8%
Específico para anos iniciais	383	2,1%
Específico para anos finais	305	1,7%
Específico para ensino médio	361	2,0%
Específico para educação de jovens e adultos	185	1,0%
Específico para educação especial	289	1,6%
Específico para educação indígena	39	0,2%
Educação do Campo	15	0,1%
Educação Ambiental	73	0,4%
Educação em direitos humanos	29	0,2%
Gênero e Diversidade Sexual	24	0,1%
Direitos de criança e adolescente	36	0,2%
Educação para as relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira e africana	21	0,1%
Gestão escolar	31	0,2%
Outros	1.769	9,9%
<b>Total com ao menos um curso</b>	<b>2.658</b>	<b>14,9%</b>

Fonte: Censo Escolar/Inep.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Os dados de 2020 mostram que dos 2.658 docentes com curso de formação continuada, 76% são do sexo feminino<sup>6</sup>. Além disso, o percentual das professoras com essa capacitação se aproxima dos 16%, enquanto a porcentagem dos professores é inferior a 13%.

A Tabela 2 apresenta a porcentagem dos professores com curso de formação continuada por faixas etárias. É possível notar semelhanças entre as diferentes idades, aproximando-se ao patamar da taxa geral. Apenas a faixa etária de 19 a 29 anos destoa das demais, com percentual de 10,8% dos docentes dessas idades com curso. Os dados da referida tabela, por meio dos números absolutos, também permitem dimensionar o quantitativo dos professores com vistas a um programa de capacitação continuada.

<sup>6</sup> A participação das mulheres no quadro docente da rede estadual é de 72%.

**Tabela 2. Docentes da rede estadual com e sem curso de formação continuada – Goiás – 2020**

Faixa Etária	Com Curso	Sem Curso	Representatividade*
19 a 29 anos	258	2.121	10,8%
30 a 39 anos	643	3.765	14,6%
40 a 49 anos	1.082	5.756	15,8%
50 a 59 anos	581	3.060	16,0%
60 anos ou mais	94	526	15,2%
Total	2.658	15.228	14,9%

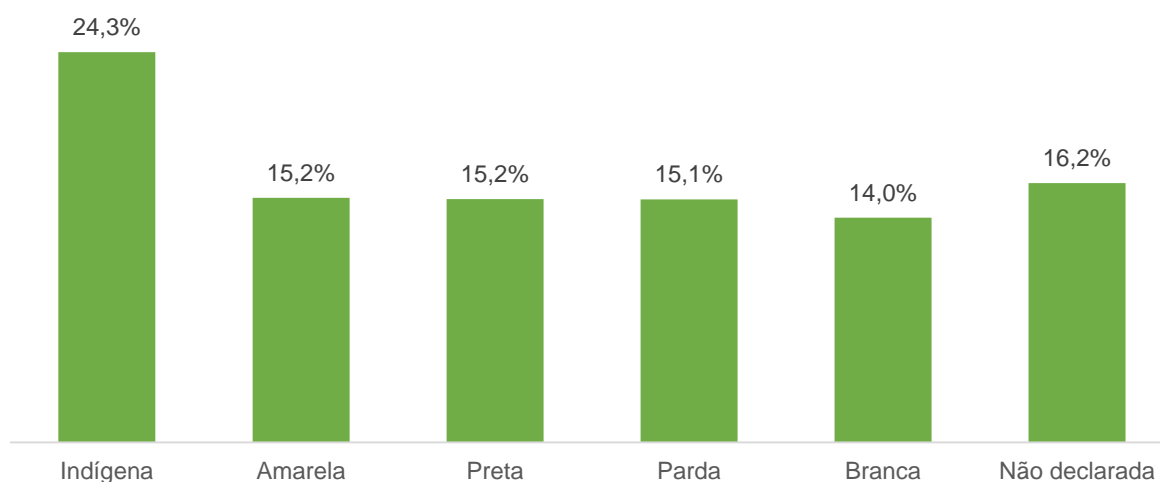
Fonte: Censo Escolar/Inep.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

\*Percentual sobre o total da faixa etária.

No tocante à raça/cor dos docentes, o Gráfico 1 revela que os professores indígenas são os de maior participação no seu grupo específico: quase um quarto desses docentes possuem ao menos um curso de formação continuada. Os demais mantêm níveis análogos ao da cifra geral, por volta dos 15%.

**Gráfico 1. Percentual dos docentes da rede estadual com curso de formação continuada segundo a raça/cor - Goiás - 2020**



Fonte: Censo Escolar/Inep.

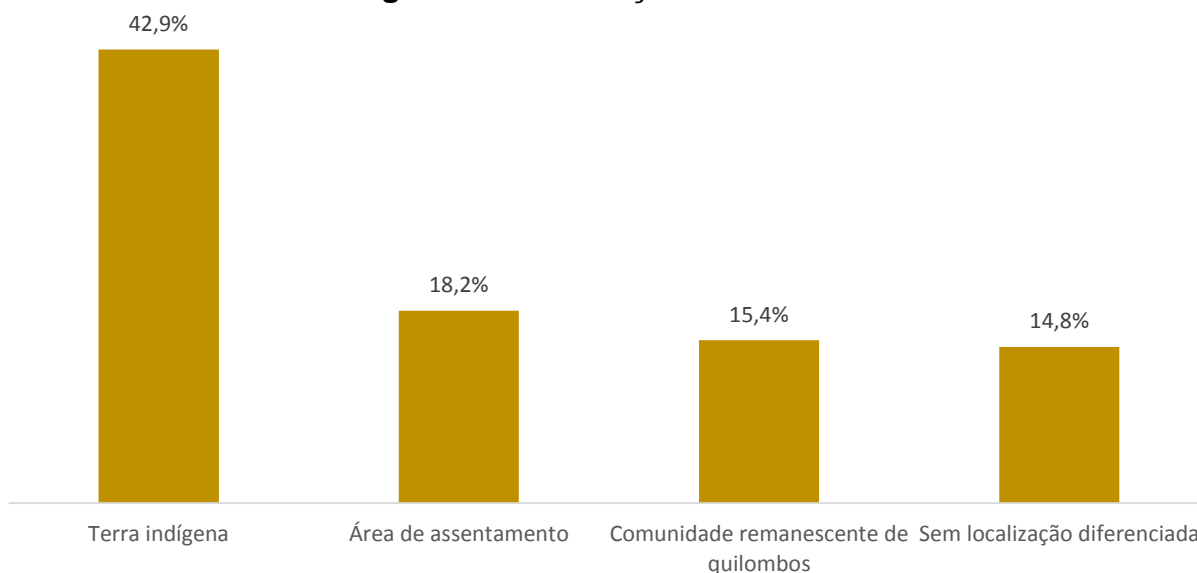
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Em outra vertente, existem 567 professores sem curso superior ministrando aula na rede estadual de Goiás, o que representa 3% dos docentes. Nesse universo, apenas 10% possuem algum curso de formação continuada, tipificando, portanto, o público de maior carência quanto ao aperfeiçoamento, devido à falta de formação acadêmica inicial.

Nesse sentido, os professores concursados ou com vínculo da CLT<sup>7</sup> perfazem 60% dos profissionais com formação continuada; os docentes com contrato temporário ou terceirizados<sup>8</sup> formam os 40% restante. A alta participação de professores temporários no quadro docente goiano dificulta outro pilar da formação dos professores, que é adquirida pela prática no ambiente escolar. A formação no/pelo trabalho é tão importante quanto a para o trabalho, advinda por meio de cursos de formação continuada e da formação inicial. Como menciona Fernandes, “uma das maneiras de o professor se formar para a docência é durante o próprio exercício de magistério, assim, além de receber formação acadêmica, o professor se forma também no trabalho” (p. 91, 2019). Por conseguinte, por serem temporários, falta-lhes o fator tempo para que a experiência e o tempo de vínculo resultem em aperfeiçoamento profissional.

No quesito tempo de conclusão do ensino superior, dos docentes que terminaram o curso até o ano 2000, 14,2% possuem curso de formação continuada; os que findaram sua formação inicial após o ano 2000 a porcentagem é de 15,4%.

**Gráfico 2. Percentual dos docentes da rede estadual com curso de formação continuada segundo a localização da escola - Goiás - 2020**



Fonte: Censo Escolar/Inep.  
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

<sup>7</sup> Consolidação das Leis do Trabalho, são os vínculos trabalhistas com carteira assinada. São apenas 159 professores nessa condição, no universo de 17.886.

<sup>8</sup> Os professores temporários ou terceirizados representam 42% do corpo docente da rede estadual de Goiás.

Pelo Gráfico 2, percebe-se que, assim como ocorreu com os professores indígenas, os docentes das escolas localizadas em terra indígena se sobressaem com o maior percentual de profissionais com curso de formação continuada. Aliás, nas três categorias de localização diferenciada da escola, os percentuais de professores com formação continuada são superiores tanto ao da porcentagem das demais escolas, quanto ao do total geral (14,9%).

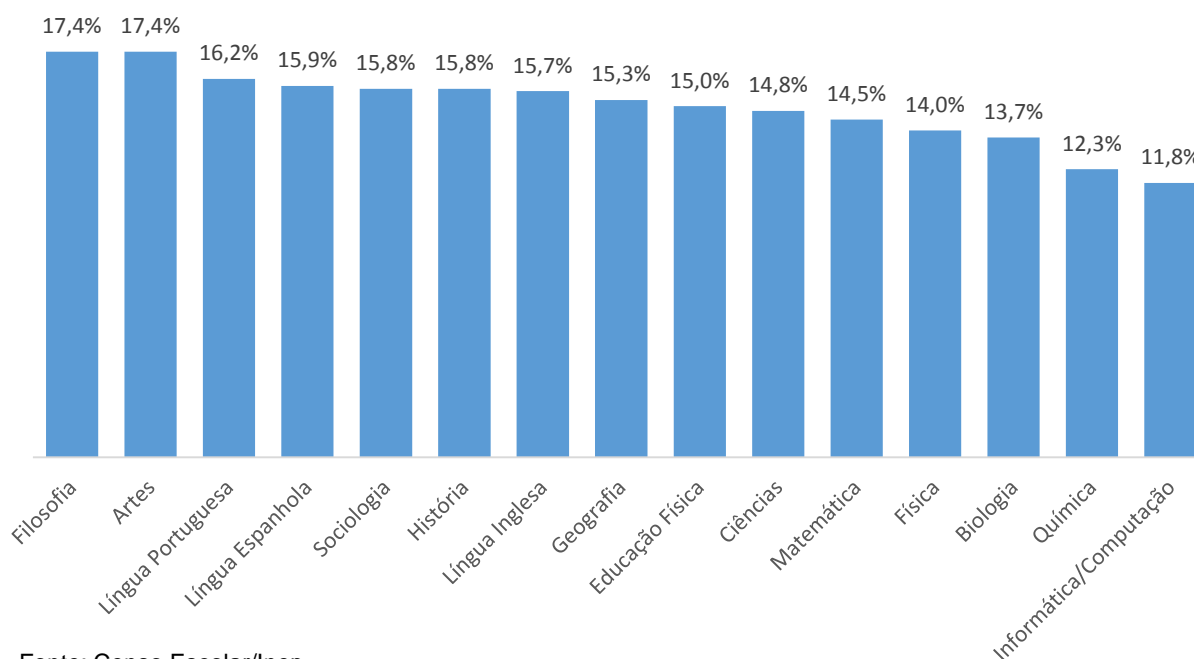
**Tabela 3. Percentual das funções docentes dos professores da rede estadual com formação continuada segundo a etapa de ensino – Goiás – 2020**

<b>Etapa de Ensino em que o docente leciona</b>	<b>Percentagem com curso</b>	<b>Percentagem com curso na área da etapa que leciona</b>
Anos Iniciais	15,3%	3,5%
Anos Finais	14,7%	1,9%
Ensino Médio	14,1%	2,3%
EJA	16,7%	1,6%

Fonte: Censo Escolar/Inep.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Na análise segundo a etapa de ensino em que o professor leciona, possibilitada pela Tabela 3, verifica-se a manutenção do patamar geral de docentes com cursos de formação continuada. Contudo, ao se relacionar a área do curso e a etapa de ensino, percebe-se uma dissonância entre o lócus potencial de aplicação (etapa de ensino) e o saber adquirido (área temática do curso). Somente os professores dos anos iniciais do ensino fundamental têm em seu quadro mais de 3% dos docentes com curso específico nos anos iniciais; na outra ponta, apenas 1,6% dos professores que trabalham na educação de jovens e adultos (EJA) fizeram curso relacionados à essa modalidade.

**Gráfico 3. Percentual dos docentes da rede estadual com curso de formação continuada segundo a disciplina que leciona - Goiás - 2020**

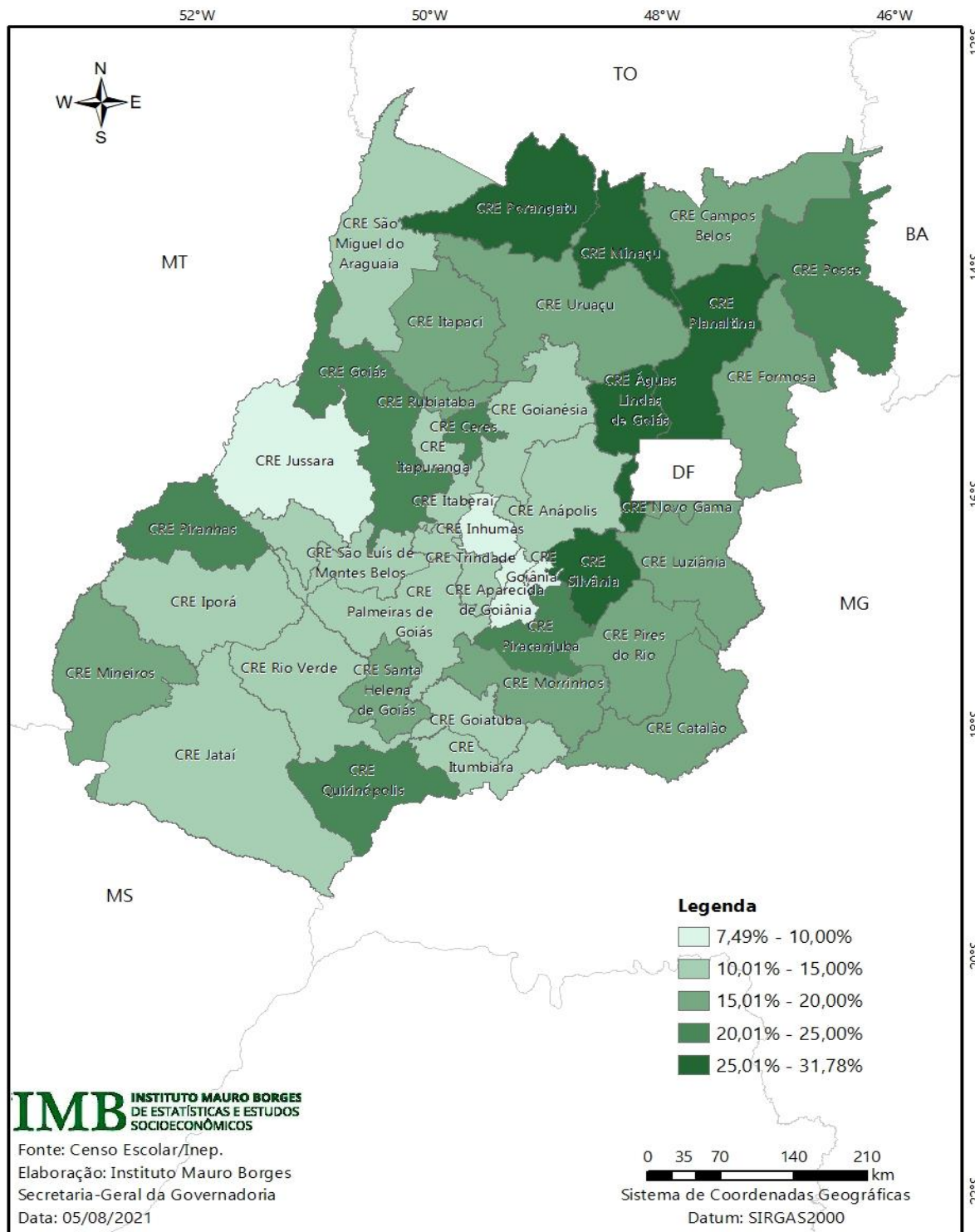
Fonte: Censo Escolar/Inep.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Para além da etapa de ensino, é importante também saber a busca pela formação continuada de acordo com a área de atuação do professor. Assim, observa-se no Gráfico 3 que os docentes de filosofia e artes são os de maiores parcelas com curso de formação continuada, ambos superando os 17%. No extremo oposto está a disciplina de informática/computação, com menos de 12% dos professores com curso. Faz-se necessário, entretanto, enfatizar que há apenas 17 docentes dessa disciplina na rede estadual goiana. Outro dado que chama a atenção é o fato de todas as disciplinas que compõem a chamada área de Ciências da Natureza (Física, Biologia e Química) têm menos de 15% de seus regentes com algum curso de formação continuada.



**Mapa 1. Distribuição dos docentes da rede estadual com curso de formação continuada segundo a Coordenação Regional de Educação – Goiás – 2020**



O Mapa 1 permite localizar as regiões do estado onde o quadro docente apresenta baixa proporção de professores com formação continuada; e, também, as localidades com melhores resultados. No primeiro caso, estão as Coordenações

Regionais de Educação de Inhumas, Jussara, Aparecida de Goiânia e Goiânia, todas com menos de 10% dos docentes com formação continuada (ressalta-se que as duas últimas são as maiores em número de profissionais de ensino). No segundo grupo, estão as Coordenações Regionais de Educação de Porangatu, Minaçu, Águas Lindas de Goiás, Planaltina e Silvânia com proporções superiores a 25% (as duas últimas ultrapassam os 30%).

O conhecimento da distribuição territorial dos docentes com formação continuada permite o direcionamento das ações para locais de maior carência. O verso, ou seja, saber quais as Coordenações de maiores proporções, possibilita entender os passos e processos utilizados como exemplos exitosos.

### Considerações Finais

Este Informe Técnico procurou delinear caminhos para políticas voltadas à formação continuada dos professores da rede estadual em Goiás. A caracterização do público alvo permite o melhor direcionamento das ações de práticas instrutivas, tornando os resultados mais precisos, pois se atinge os reais óbices da formação.

No geral, há uma baixa proporção de professores com cursos de formação continuada. Todavia, algumas regiões apareceram com maior carência e, portanto, merecem atenção e prioridade. Atrelado a isso, tem-se o alto percentual de professores temporários que sofrem e impactam duplamente o ensino-aprendizagem, primeiro pela falta do aperfeiçoamento dirigido e depois pelo tolhimento da formação no/pelo trabalho, uma vez que esta é comprometida pela instabilidade do vínculo com a escola.

A limitação das 15 áreas temáticas elencadas no Censo Escolar, longe de aprisionar a gama de possibilidades para qualificação, direciona o planejamento de programas de formação continuada do corpo docente. Além disso, instiga para a articulação entre a teoria e a prática do fazer pedagógico, pois possibilita atender a demanda geral, vislumbrada institucional e socialmente, e as carências específicas da prática docente.

Ao se conhecer a realidade de um dos sustentáculos da formação de saberes dos professores, criam-se possibilidades de intervenções para o fortalecimento de

todo o tripé do desenvolvimento da prática docente. Situado como a primeira etapa na elaboração de políticas públicas, um diagnóstico da condição atual da realidade na qual se quer intervir é premissa essencial para o planejamento preciso das ações e atividades a serem desenvolvidas.

Nesse sentido, acredita-se que a análise e o conhecimento das particularidades envolvendo as características dos professores estaduais no tocante à formação continuada seria a principal contribuição desse trabalho. Pois, por esse intermédio, tem-se mais uma ferramenta para a contínua busca pela melhoria do ensino/aprendizagem no estado de Goiás.

### Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Referenciais para formação de professores. Brasília: MEC, 1999.

FERNANDES, Anael. Formação continuada de professores “no” e “para” o trabalho: questões e reflexões a partir da teoria crítica da sociedade. Rev. Bras. Estud. Pedagógicos. V. 100, n. 254. Brasília, jan/abr. 2019.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação (Seduc). Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Educação de Goiás 2020-2022. Goiânia, 2020.

### Textos Consultados

BASSOLI, Fernanda; LOPES, José Guilherme S.; CESAR, Eloi Teixeira. Reflexões sobre experiências de formação continuada de professores em um centro de ciências: trajetória, concepções e práticas formativas. Ciênc. Educ. V. 23, n. 4. Bauru, 2017.

BONFIM, Juliano; MESQUITA, Marcos Ribeiro. “Nunca falaram disso na escola...”: um debate com jovens sobre gênero e diversidade. Psicol. Soc. 32. Belo Horizonte, 2020

CASALI, Jessica Pereira. “A escola ignora essas questões”: o silêncio em relação à diversidade sexual e as discriminações contra a população LGBT no ambiente escolar. Dissertação de mestrado. Corumbá: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2020.

GOIÁS. Lei nº 20.491, de 25 de junho de 2019. Estabelece a organização administrativa do Poder Executivo do Estado de Goiás. Goiânia, 2019. Disponível em: [https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa\\_legislacao/100701/lei-20491](https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/100701/lei-20491).



MORORO, Leila Pio. A influência da formação continuada na prática docente. Educação & Formação. V. 2, n. 4. Fortaleza, jan./abr. 2017.

OLIVEIRA, Ruam. Para chegar à sala de aula, debate étnico-racial deve estar na formação de professores. Disponível em: <https://porvir.org/para-chegar-a-sala-de-aula-debate-etnico-racial-deve-estar-na-formacao-de-professores/>. Acesso em: 3 de agosto de 2021.

RICARDO, Luis. Pesquisa aponta que 74% dos professores do ensino fundamental 1 não tiveram aula de educação sexual. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/pesquisa-aponta-que-74-dos-professores-do-ensino-fundamental-1-nao-tiveram-aula-de-educacao-sexual/>. Acesso em 3 de agosto de 2021.

SILVA, Nanicleison José da; ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. Educação das relações étnico-raciais: um estudo de caso sobre os impactos da Lei nº 10.639/03 no cotidiano escolar. Revista Exitus. V. 10. Santarém. 2020.